



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2020

PROCESSO Nº 7162/2020

LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% PARA LICITANTES ENQUADRADAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E 151/16.

O **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de São Carlos - SP, à Rua Episcopal, nº 1.575, Centro, inscrita no CNPJ sob nº 45.358.249/0001-01, torna público para conhecimento de todos os interessados que no dia e hora abaixo indicados, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP** – que será regido pela Decreto nº 10.024 de 20/09/2019 que regulamenta o Pregão Eletrônico, pelo Decreto Municipal nº151, de 14/07/2004, pelo Decreto Municipal nº 065, de 14/03/07 e suas alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar nº 147/2014 e 155/2016 além das demais disposições legais aplicáveis com o objetivo de **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ESTOCÁVEIS II PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, conforme demais especificações que se encontram descritas no presente Edital e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico de comunicação pela INTERNET. O sistema referido utiliza recursos de criptografia e de autenticação que asseguram condições adequadas de segurança em toda etapa do certame.

A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial no site do Banco do Brasil S.A., www.bb.com.br, opção Licitações, ou diretamente em www.licitacoes-e.com.br.

LIMITE DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min. do dia 30/10/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h30min. do dia 30/10/2020.

MODO DE DISPUTA: A etapa de lances da sessão pública será realizada pelo modo de disputa aberto, com duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

LANCES: fica estabelecido o percentual mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances ofertados durante a sessão.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: observando o prazo legal, o fornecedor poderá formular consultas por mensagem eletrônica (e-mail), conforme abaixo, informando o número da licitação:

e-mail: licitacao@saocarlos.sp.gov.br

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília - DF.

DOS ANEXOS:

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO II – MINUTAS DOS ANEXOS DO TCE;

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO V – DOS LOTES E ORÇAMENTO BÁSICO;

ANEXO VI – MINUTAS DE ORDEM DE FORNECIMENTO;

ANEXO VII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste Pregão Eletrônico é **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ESTOCÁVEIS II PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, conforme especificações deste instrumento convocatório e seus anexos.

2. DO PROCEDIMENTO

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, com apoio técnico e operacional do Departamento de Tecnologia da Informação da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS.

2.2. O certame será realizado através da utilização do aplicativo “Licitações”, do Portal Eletrônico do Banco do Brasil S.A., conforme convênio de cooperação técnica celebrado entre o B.B. e o MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, entidade responsável pelo provimento de solução eletrônica para os órgãos integrantes da Administração Pública do Município de São Carlos.

2.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Departamento de Procedimentos Licitatórios - Seção de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda, denominado “Pregoeiro”, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências constantes neste Edital e seus anexos.

3.2. Estarão impedidos de participar da presente licitação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

- 3.2.1. Os interessados suspensos do direito de licitar com a Administração Municipal de São Carlos ou na esfera Estadual ou Federal no âmbito nacional, cujo conceito abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituída ou mantida, no prazo e nas condições do impedimento;
- 3.2.2. Os interessados que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituída e mantida, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja reabilitado perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- 3.2.3. Os interessados que estiverem em regime de falência, dissolução, liquidação ou concurso de credores;
- 3.2.4. Empresas em forma de consórcio;
- 3.2.5. Cooperativas, conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho nos autos do Inquérito Civil nº 000004.200 1.15.003/6-50;
- 3.2.6. Aquele que for servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtida junto às Agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no País.
- 4.2. Os interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.
- 4.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 4.4. A chave de identificação e a senha poderão ter validade de até 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.
- 4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A., ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 4.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 4.8. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 5.1. Os licitantes deverão encaminhar exclusivamente via sistema os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste edital para abertura da sessão pública.
 - 5.1.1. As propostas serão recebidas e abertas no horário estabelecido, momento em que ocorre a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar sua aceitabilidade.
 - 5.1.2. Os arquivos deverão ser inseridos seguindo as instruções descritas no portal do site licitações-e, através do link: <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/documentos/FORNECEDORARQUIVO.pdf>;
 - 5.1.3. O nome do arquivo deverá conter no máximo até 30 caracteres, sem acentos, pontuações ou caracteres especiais, pois, caso contrário, não poderão ser visualizados. Esta Administração não se responsabiliza pela impossibilidade de visualização de arquivos, acarretando em desclassificação do licitante.
- 5.2. O licitante deverá registrar sua proposta em campo próprio do sistema licitações-e, acessando o menu opções da licitação, a opção "oferecer proposta". Será emitido um alerta antes da confirmação informando a necessidade da inclusão dos documentos de habilitação em outra opção.
- 5.3. O licitante deverá apresentar sua proposta e a **marca dos produtos, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**, no site "www.licitacoes-e.com.br" considerando o **MENOR PREÇO POR LOTE**.
 - 5.3.1. No site www.licitacoes-e.com.br apresentar a marca dos itens de cada um dos lotes da seguinte forma: 1-XXXXXX;2-XXXXXX;3-XXXXXX;4-XXXXXX.
 - 5.3.2. **Serão desclassificadas** propostas que apresentarem dados ou informações que permitam a identificação do licitante na disputa eletrônica, mesmo que estas constem de qualquer anexo por ele inserido no sistema.
 - 5.3.3. **Serão desclassificadas** as propostas cuja descrição e/ou outras informações divergirem do solicitado para o item / lote.
 - 5.3.4. **Serão desclassificadas** as propostas que contenham valor maior que o máximo estimado para o lote.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

5.4. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor através do sistema.

5.4.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.5. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

5.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

5.6.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas **vinte e quatro horas** após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico desta Administração e no sistema licitações-e.

5.7. A etapa de lances da sessão pública será pelo modo de disputa aberto, conforme estabelecido no preambulo deste edital.

5.7.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.7.2. A prorrogação automática da etapa de envio e lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.7.2.1. Lances intermediários são aqueles que não cobrem a melhor oferta, disputando as demais colocações do pregão.

5.7.3. Caso não haja novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

5.7.3.1. Poderá haver reinício da etapa de envio de lances, mediante justificativa, quando a sessão pública foi encerrada sem as prorrogações automáticas pelo sistema, em prol da consecução do melhor preço.

5.8. Encerrada a fase de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos do artigo 44 e 45 da Lei Complementar n° 123/06.

5.9. Para os fins do item 5.8, entende-se por empate aquelas situações em que os lances ofertados pela ME e EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor lance classificado.

5.10. Não se aplicará a regra da preferência prevista pelo item 5.8, quando a melhor oferta inicial tiver sido apresentada por ME e EPP ou quando se tratar de lote correspondente à Cota Reservada correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades totais do objeto, destinado à participação exclusiva das Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

5.11. Quando aplicável a divisão de cotas, se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço. No envio da proposta readequada, juntamente com a documentação de habilitação, deverá constar desta, os menores preços ofertados, inclusive os da cota reservada, se for o caso, sendo as condições idênticas para ambas as cotas, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

5.12. Os lotes da cota reservada que forem declarados desertos ou fracassados serão integrados aos lotes originais e oferecidos aos respectivos licitantes vencedores, nas mesmas condições ofertadas por estes na segunda fase do Pregão, exceto se destinados à participação exclusiva, não fazendo parte dos lotes destinados a ampla participação.

5.12.1. Diante de sua recusa, esta será oferecida aos licitantes remanescentes de acordo com a ordem de classificação, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

5.13. Ocorrendo o empate de que trata o subitem 5.8, sem que se configure a situação descrita no subitem 5.9, a ME ou EPP com melhor colocação no certame será convocada para ofertar lance inferior àquele que inicialmente era o melhor classificado, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos a contar do encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

5.14. Não envio de lances após o início da fase competitiva, remanescendo somente as propostas iniciais, os critérios de desempate serão aplicados da seguinte forma:

a) observância dos critérios de desempate previstos no item 5.8;

b) persistindo o empate, haverá sorteio pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas. Isso se deve ao fato de não haver ordem de classificação das propostas, tendo em vista que podem ser retiradas ou substituídas até o momento da abertura da sessão pública.

5.15. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

5.16. Se a ME ou EPP com melhor colocação no certame não ofertar lance inferior àquele que inicialmente era o melhor classificado, as ME e EPP remanescentes, que porventura estejam dentro da faixa de empate prevista pelo subitem 5.12, serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito de preferência.

6. DA PROPOSTA ENVIADA AO PREGOEIRO

6.1. O licitante terá **até 24 (vinte e quatro) horas** para enviar a proposta readequada, através do sistema, após a convocação por parte do pregoeiro, devendo obedecer aos seguintes critérios:

6.1.1. Deverá ser elaborada em papel timbrado da proponente, redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, devidamente datada, rubricada e assinada por seu representante legal, preferencialmente apresentada em páginas numeradas sequencialmente, em uma via original, contendo os seguintes elementos de forma clara e expressa:

a) Número do processo e do pregão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

b) Razão social, endereço, CNPJ, inscrição estadual e nome do banco, o número da agência e da conta corrente em nome da licitante, onde será efetuado o pagamento.

c) Nome e qualificação da pessoa com poderes para firmar contrato com a Prefeitura.

d) Preços cotados em moeda corrente nacional, com 2 (duas) casas decimais, devendo constar valor unitário e total, e ainda o valor global da proposta, em algarismo e por extenso.

- excepcionalmente, nos casos em que o valor unitário for inferior a um real, poderão ser aceitas propostas com até quatro casas decimais.

- no caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

- e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

e) Descrição precisa do item.

f) Declaração que na proposta apresentada estão inclusos todos os custos e as despesas, tais como: impostos, taxas, encargos e transporte para as entregas, ficando esclarecido que não será admitida qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados para elaboração da mesma, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração de encargos fiscais.

6.1.2. A proposta escrita de preço deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.1.3. A marca dos produtos deverá ser obrigatoriamente especificada, idêntica a apresentada no sistema licitações-e, sob pena de **desclassificação**.

6.1.4. **Não serão admitidos valores unitários ou totais acima dos apresentados na Planilha de Orçamento Estimativo, bem como quaisquer valores superiores aos informados na proposta eletrônica.**

6.1.5. Verificar no **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO IV)** quanto à amostra/catálogo descritivo, **local de entrega dos mesmos**, documentos a serem entregues com as amostras, quando aplicável, além das demais informações nele contidas.

6.2. O **prazo de validade da proposta** é de, no mínimo, 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação.

6.3. É de inteira responsabilidade do ofertante o preço e demais condições apresentadas, salvo se no momento da abertura da proposta for alegado erro, e aceito pelo Pregoeiro, o que será registrado em ata, devendo o item ser desconsiderado da proposta.

6.4. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

6.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

6.6. Serão rejeitadas as propostas que:

6.6.1. Forem incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

6.6.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão do Pregoeiro.

6.7. O Município é considerado consumidor final, sendo que o licitante deverá obedecer ao fixado no artigo 155, § 2º, VII, b, da Constituição Federal de 1988.

6.8. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, quando:

a) Confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

b) A comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

c) Garantido o cumprimento dos contratos ou pedidos de fornecimento já emitidos.

6.9. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.10. A Equipe recomenda aos Licitantes que façam constar de suas propostas nome e qualificação da pessoa com poderes para firmar a Ata de Registro de Preços com o Município.

7. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

7.1. Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

7.2. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.4. Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 7.2 e 7.3 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

7.5. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como descrito no item 5.1., os documentos de habilitação deverão ser apresentados no momento da inserção da proposta no sistema em campo próprio.

8.1.1. Os documentos de habilitação serão enviados no menu de opções do lote, opção "incluir anexo do lote". Será exibida mensagem de alerta para inclusão dos referidos documentos, de acordo com o Decreto 10.024/19.

8.2. Se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade conforme a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.3. Para fins de **habilitação**, deverão ser apresentados os seguintes documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

8.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

8.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante apresentação das seguintes certidões:

8.3.3.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativas a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

8.3.3.1.1. A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.

8.3.3.1.2. A certidão a que se refere o caput abrange inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em DAU, conforme portaria conjunta RFB / PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014.

8.3.3.2. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda;

8.3.3.3. Certidão Negativa de Débitos Estaduais do domicílio da licitante participante, inscritos em dívida ativa, obtida em SP no site www.dividaativa.pge.sp.gov.br, ou equivalente, de acordo com a legislação fiscal de cada Estado.

8.3.4. Prova de regularidade perante o sistema de Seguridade Social – INSS mediante a apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN – Certidão Positiva com Efeitos de Negativa. (Dispensável no caso de apresentação de certidão conjunta prevista no item 8.3.3.1.)

8.3.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tratando-se de pessoa jurídica, por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.

8.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.3.7. As microempresas ou empresas de pequeno porte interessadas em participar do certame deverão declarar sua condição nos termos do artigo 11 da Lei Municipal nº 15.247/2010, conforme Anexo III deste edital.

8.3.8. Se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventual Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.

8.3.8.1. O prazo assegurado no subitem 8.3.8 terá como termo inicial o momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

8.3.8.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.3.8. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas no [artigo 81, da Lei Federal nº 8.666/93](#), sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.

8.4. O documento a ser apresentado relativo à **habilitação jurídica** será o seguinte:

8.4.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.5. Os documentos a serem apresentados para **habilitação** relativos à **qualificação técnica** serão os seguintes:

8.5.1. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo necessariamente estar em nome da licitante.

8.5.1.1. No Atestado deverão constar, no mínimo, as seguintes especificações: dados completos do fornecedor do atestado (Razão Social, CNPJ, Atividade principal, endereço e telefone, nome legível e cargo de quem assinou o atestado), e ainda Atividade desenvolvida pela empresa proponente.

8.5.2. Declaração de Idoneidade, conforme modelo do Anexo I, que deverá ser preenchido com os dados da empresa nos locais indicados em itálico.

8.6. A documentação relativa à qualificação **econômico-financeira** será composta pelos seguintes documentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

8.6.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, vedados sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis e autenticadas das páginas do Diário Geral onde os mesmos foram transcritos, devidamente assinadas pelo contador responsável e por seus sócios, bem como os Termos de Abertura e Encerramento do Diário Geral Registrados na Junta Comercial do Estado ou no Cartório competente. O mesmo se aplica as empresas que mantêm escrituração digital, devendo apresentar, além dos itens mencionados, o recibo de entrega no SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), com a respectiva chave de autenticação.

8.6.1.1. As microempresas individuais, microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES NACIONAL, desobrigadas de manter escrituração contábil, bem como aquelas constituídas há menos de 12 meses **deverão** apresentar balanço simplificado ou balanço de abertura do último exercício social ou do período de sua constituição, devidamente assinado pelo proprietário e por contador competente, sem a formalidade de publicação ou registro, na forma da Resolução nº 1.418/2012 do Conselho Federal de Contabilidade – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

8.6.1.2. O Balanço patrimonial relativo aos itens anteriores deve conter, no mínimo, Termo de abertura e encerramento, as contas do ativo e do passivo do último exercício fiscal e do anterior, indicação do Patrimônio Líquido, o resultado do exercício (DRE) e eventuais notas explicativas.

8.6.1.3. A única exceção permitida ao item **8.6.1.1** diz respeito ao previsto no artigo 3º do decreto nº 8.538 de 06/10/2015, para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais. Nesta condição, não será exigida a apresentação de balanço patrimonial por estas empresas.

8.6.2. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

8.6.2.1. Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial ou ainda o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital

8.7. Os documentos apresentados deverão ser, **obrigatoriamente**, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.

8.8. Caso a empresa arrematante não comprove sua habilitação será convocado o próximo licitante na ordem de classificação, sendo este notificado por *e-mail* e/ou via licitações-e para que **manifeste seu interesse em 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de desclassificação**. Após a confirmação do interesse, será concedido o mesmo prazo do item 8.1 para entrega da proposta e documentação de habilitação. Se o licitante não se manifestar dentro do prazo fixado, entender-se-á seu não interesse em fornecer.

8.8.1. É de inteira responsabilidade do licitante o cadastro de seus dados no www.licitacoes-e.com.br, inclusive o e-mail que será exclusivamente utilizado para encaminharmos notificações de convocação para os lotes do pregão em questão.

8.8.1.1. Não sendo possível contato via e-mail para encaminharmos notificações, sendo o mesmo cadastrado erroneamente ou ainda não ter sido cadastrado, é de responsabilidade da empresa o acompanhamento da licitação pelo site www.licitacoes-e.com.br.

8.9. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital e transcorrido a fase de análise da documentação, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

8.10. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

8.11. As certidões deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão, considerar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias da data de emissão.

8.12. Os documentos apresentados para habilitação são definitivos, não sendo admissível substituição ou posterior inclusão de documentos, com exceção do disposto no subitem **8.3.8**.

9. DO VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

9.1. O valor máximo fixado para o presente registro de preço é de **R\$ 1.294.641,50 (Um milhão, duzentos e noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos)**

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

10.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

10.1.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **dois dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

10.1.2. Poderá ser concedido efeito suspensivo à impugnação, devidamente justificada pelo Pregoeiro nos autos.

10.1.3. Deferida a impugnação do ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

10.2. Ao final da sessão pública e **declarado o vencedor**, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões imediatamente, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente. Considerar-se-á o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a expressão imediatamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

10.2.1. Os recursos deverão ser protocolados por meio eletrônico através do e-mail: licitacao@saocarlos.sp.gov.br, ou perante o Departamento de Procedimentos Licitatórios - Seção de Licitações, situada na Rua Episcopal, n.º 1575, 3º andar, Centro, São Carlos, SP, CEP 13.560-570, no horário de expediente normal, ou seja, das 8h00min às 18h00min.

10.2.2. As razões de recurso ficarão à disposição dos interessados durante os prazos referidos no item 10.2 no Departamento de Procedimentos Licitatórios - Seção de Licitações e no portal desta Administração, bem como no sistema licitações-e.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação pelo Pregoeiro ao vencedor do certame.

10.4. Os recursos contra decisões do Pregoeiro referente a habilitação ou inabilitação do licitante e julgamento das propostas terão efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. Havendo recurso, a autoridade competente apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade máxima competente, o Prefeito Municipal, a decisão em grau final.

10.6.1. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento mediante publicação na imprensa oficial.

10.7. Não serão conhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal, subscrito por representante não habilitado legalmente, ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

10.8. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública (ou seja, exclui-se a data do certame), exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

10.8.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

10.8.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e possuem efeito vinculatório aos participantes e a Administração.

11. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

11.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o objeto ao vencedor, mediante autorização do Sr. Prefeito Municipal, podendo revogar a licitação nos termos do artigo 49 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.2. Como condição para o fornecimento, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pela Prefeitura Municipal de São Carlos, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes deste Edital.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente devendo o fornecedor informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

12.2. O pagamento devido pelo Município será efetuado até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor requisitante.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Os recursos financeiros correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08.03.08.243.2010.2.030.3.3.90.30.01.1100000 – FICHA: 082 – TESOURO MUNICIPAL

08.03.08.243.2010.2.030.3.3.90.30.05.1100000 – FICHA: 083 – RECURSO FEDERAL

08.03.08.244.2011.2.029.3.3.90.30.01.1100000 – FICHA: 084 – TESOURO MUNICIPAL

09.02.08.244.2059.2.024.3.3.90.30.01.1100000 – FICHA: 103 – TESOURO MUNICIPAL

09.02.08.244.2060.2.036.3.3.90.30.01.1100000 – FICHA: 125 – TESOURO MUNICIPAL

09.02.08.244.2081.2.050.3.3.90.30.01.1100000 – FICHA: 140 – TESOURO MUNICIPAL

09.02.08.244.2082.2.047.3.3.90.30.01.1100000 – FICHA: 145 – TESOURO MUNICIPAL

09.02.08.244.2083.2.044.3.3.90.30.01.1100000 – FICHA: 151 – TESOURO MUNICIPAL

09.02.08.244.2060.2.032.3.3.90.30.02.1100000 – FICHA: 122 – RECURSO ESTADUAL

09.02.08.244.2093.2.045.3.3.90.30.02.1100000 – FICHA: 164 – RECURSO ESTADUAL

09.02.08.244.2093.2.049.3.3.90.30.02.1100000 – FICHA: 167 – RECURSO ESTADUAL

09.02.08.243.2086.2.042.3.3.90.30.05.1100000 – FICHA: 096 – RECURSO FEDERAL

09.02.08.244.2059.2.031.3.3.90.30.05.1100000 – FICHA: 111 – RECURSO FEDERAL

09.02.08.244.2060.2.037.3.3.90.30.05.1100000 – FICHA: 131 – RECURSO FEDERAL

09.02.08.244.2085.2.041.3.3.90.30.05.1100000 – FICHA: 158 – RECURSO FEDERAL

09.02.08.244.2093.2.207.3.3.90.30.05.1100000 – FICHA: 171 – RECURSO FEDERAL

14. DO REGISTRO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o procedimento, será outorgado o seu objeto à proposta de MENOR PREÇO POR LOTE.

14.2. O Município de São Carlos convocará o adjudicatário classificado em primeiro lugar para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, após o que, não comparecendo será considerada desclassificada e punida com multa prescrita no subitem 17.1., sendo convocadas a seguir as demais, na mesma ordem de classificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

14.3. Os licitantes convocados terão o mesmo prazo estabelecido no item 14.2. para assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo do quantitativo e o período remanescente da Ata anterior.

14.4. O detentor da Ata não se eximirá das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução dos serviços.

14.5. A existência do preço registrado não obriga o Município de São Carlos a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

14.6. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas no artigo 12 do Decreto Municipal nº 065/2007.

14.7. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar a Ata, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, inclusive quanto ao preço, ou então, revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no item 17 deste Edital.

14.8. A ata de registro de preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses.

14.9. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do serviço ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme dispõe o artigo 11 do Decreto Municipal nº 65/07.

14.10. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

14.10.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

14.10.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e serão convocados os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

14.11. Este Edital e todos os demais documentos que compõem seus anexos farão parte integrante da Ata de Registro de Preços independentemente de transcrição.

14.12. A Prefeitura se reserva no direito de registrar em ata os valores das 05 (cinco) primeiras colocadas no certame.

15. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DETENTORA DA ATA

15.1. Os produtos deverão ser entregues em perfeita conformidade com as condições estabelecidas nos Anexos do presente Edital, sendo que, as especificações ou qualquer outro documento que integre o presente processo administrativo são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

15.2. É de responsabilidade da empresa substituir os produtos impugnados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da impugnação.

15.3. A fiscalização terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, o fornecimento do produto, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente.

15.4. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, sua detentora fica obrigada a fornecer os produtos, na forma solicitada na "Ordem de Fornecimento".

15.5. Os quantitativos totais são estimados e representam as previsões do Município de São Carlos durante o prazo de 12 (doze) meses.

16. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO PARTICIPANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. O Município designa como ÓRGÃO GERENCIADOR da Ata de Registro de Preço a SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, que terá a incumbência de gerenciamento da Ata de Registro de Preços, conforme artigo 1º, parágrafo único, inciso III, do Decreto Municipal nº. 065 de 14 de março de 2007 e suas alterações posteriores, cabendo, contudo, à Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações - Pregão Eletrônico a condução do conjunto de procedimentos do certame para o registro de preços.

16.2. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços – SRP, e ainda os atos previstos no artigo 3º, §2º, do Decreto Municipal nº. 065/07, em especial:

16.2.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

16.2.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

16.3. Fica fixado como órgão participante do Registro de Preços, conforme artigo 1º, inciso IV, do Decreto Municipal nº. 065/07 e suas alterações posteriores, a SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O licitante que deixar de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta ou lance, falhar ou fraudar com as entregas, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.2. O licitante sujeitar-se-á, ainda, às sanções administrativas de:

a) advertência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

b) multa;

c) suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Pública Municipal, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em especial na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Fornecimento ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Fornecimento;

d) declaração de inidoneidade;

17.2.1. As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual;

17.3. As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

17.4. Ocorrendo atraso no fornecimento do produto será aplicada multa moratória de **0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, até o limite de **20%** (vinte por cento) sobre o valor total do pedido.

17.5. No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias, poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado.

17.6. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do Município.

17.7. Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, exceto nos casos em que a sanção for estabelecida com base no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atualizada, onde há prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa pelo interessado, a contar da abertura de vista do respectivo processo, nos termos do artigo 87, §3º da mesma lei.

17.8. Da aplicação da sanção administrativa caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação do apenado.

17.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, a empresa licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

17.10. No caso de ocorrência de uma ou todas as hipóteses discriminadas no subitem **17.1**, a Administração poderá contratar a licitante segundo classificada, desde que atendidas às exigências de habilitação, devendo o Pregoeiro negociar o preço ofertado a fim de que seja obtido melhor preço, observando-se o prazo recursal nos itens anteriores.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. O proponente vencedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução da obrigação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

18.2. As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.4. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis.

18.5. A Administração reserva-se o direito de transferir o prazo para o recebimento e abertura das propostas descabendo, em tais casos, direito à indenização pelos licitantes.

18.6. A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.

18.7. A autoridade competente, para determinar a contratação, poderá revogar a licitação, mediante autorização do Sr. Prefeito Municipal, em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.8. Fica a Contratada obrigada a cumprir os direitos trabalhistas previstos na legislação em vigor, pertencentes aos trabalhadores que vierem a ser utilizados para a execução do objeto do contrato, sob pena de suspensão temporária do direito de contratar com o Município, bem como, a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, caso esta esteja em situação de mora salarial, conforme Termo de Ajustamento de Conduta, firmado com o Ministério Público do Trabalho, nos autos do Inquérito nº 000647.2013.15.003/7-51.

18.9. Fica eleito o FORO da COMARCA DE SÃO CARLOS SP, excluindo qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar, para dirimirem-se eventuais litígios oriundos.

São Carlos, 16 de outubro de 2020

Mário Luiz Duarte Antunes
Secretário Municipal de Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

DECLARAÇÃO

A Empresa (indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá prestar o objeto da licitação, endereço completo, telefone e endereço eletrônico - e-mail, para contato, número da conta corrente bancária, agência e banco, sendo que os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase de contratação), em atendimento às disposições do Edital de Pregão Eletrônico nº. 078/2020, **DECLARA:**

- 1) Que tem pleno conhecimento e concorda com os termos deste Edital e seus Anexos;
- 2) Que os preços propostos são completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os objetos licitados, constantes da proposta;
- 3) Que o prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, a contar da abertura deste Pregão;
- 4) Que tem ciência dos prazos de entrega estabelecidos no Edital.
- 5) Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- 6) Que não está impedida de licitar com o poder público por ter sido apenas com declaração de inidoneidade, por qualquer ente da Administração Pública, cujos efeitos se encontrem pendentes ou sem que tenha sido reabilitada perante a autoridade que aplicou a penalidade.

São Carlos ____ de ____ de 2020

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO II – ANEXOS DO TCE (em atendimento à Instrução nº 01/2020)

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Este anexo consta deste Edital para ciência dos licitantes. Será exigido apenas dos licitantes vencedores das licitações, por ocasião da assinatura das Atas de Registro de Preços ou Contratos. Não é necessária sua apresentação junto aos demais documentos de habilitação.

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)

Este anexo consta deste Edital para ciência dos licitantes. Será exigido apenas dos licitantes vencedores das licitações, por ocasião da assinatura das Atas de Registro de Preços ou Contratos. Não é necessária sua apresentação junto aos demais documentos de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A empresa _____ (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, e Inscrição Estadual _____, situada na _____ (endereço completo), neste ato representada pelo seu _____ (representante legal / sócio / procurador), o(a) Sr.(a) _____ (nome), portador do RG _____ e CPF _____, em atenção ao edital do Processo Licitatório supra mencionado, **DECLARA**, sob as penalidades cabíveis (art. 299 do Código Penal), sua condição de _____ (declarar se é Microempresa **OU** Empresa de Pequeno Porte), nos termos da Lei Complementar 123/2006, encontrando-se legalmente apta a exercer os benefícios de que trata o Capítulo V, tendo receita bruta compatível com o que preconizam os incisos I e II do artigo 3º e não incidindo em nenhum dos impedimentos de que trata o § 4º do mesmo artigo.

Atenciosamente,

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

1.1 Trata-se de Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço por Lote com o objetivo de Registrar Preços para eventual aquisição parcelada de produtos estocáveis para atender a Prefeitura Municipal de São Carlos.

2 DA JUSTIFICATIVA

2.1 Para a Alimentação Escolar a quantidade especificada para aquisição é resultante de um cardápio implantado nas Unidades Escolares e Filantrópicas considerando o número de alunos atendidos em cada uma das referidas Unidades conforme item 8 – Média de Consumo.

2.2 Para os Restaurantes Populares o cálculo é feito pelo número de refeições servidas em cada unidade dos mesmos conforme item 8 – Média de Consumo.

2.3 A solicitação corresponde ao consumo de aproximadamente 12 (doze) meses.

2.4 Deverá ser respeitadas a descrição constante no item 9 (Especificações).

3 DAS AMOSTRAS

3.1 A empresa vencedora da disputa eletrônica de lances deverá enviar, após notificação, pelo menos **01 (uma) amostra** do produto em embalagem original, que será utilizada para testes sensoriais de aceitabilidade, avaliando-se cor, sabor, consistência e textura. Esta amostra, junto com as documentações exigidas, serão analisadas e avaliadas por uma comissão formada por, no mínimo 3 (três) servidores de carreira lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SMAA, sendo que, ao menos 1 (um) deverá ser graduado em nutrição.

3.2 A amostra e a documentação relativa à mesma, deverão ser entregues no Departamento de Abastecimento da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SMAA situado na Rua Julião José dos Santos, s/nº - Vila Isabel (anexo ao Pavilhão Exposhow) no prazo máximo e improrrogável de **10 (dez) dias úteis** após a notificação enviada pelo Pregoeiro ou Equipe.

3.3 Ficará reprovado o produto com a embalagem em desacordo com a especificação, mesmo que enviada somente para efeito de amostra.

3.4 Não será aceita amostra sem as identificações.

3.5 A amostra devesa estar devidamente identificada, contendo o nome do Licitante, número do processo licitatório e número do item a que se refere à amostra da seguinte maneira:

a) Nome do concorrente;

b) Número da licitação;

c) Número do processo administrativo;

d) Número do item.

3.6 **Juntamente com a amostra deverá ser entregue:**

3.6.1 Relação de entrega de amostras em papel timbrado da empresa.

3.6.2 Ficha técnica original ou cópia autenticada.

3.6.3 Cópia autenticada ou original do Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento da empresa vencedora, expedido pela autoridade sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

3.6.4 Cópia autenticada ou original do certificado de vistoria de veículos para transporte de alimentos, expedida pela Vigilância Sanitária ou Cadastro Estadual da Vigilância Sanitária (CEVS). No caso de terceirização é obrigatória a apresentação da mesma documentação.

3.7 Cópia autenticada ou original do laudo bromatológico com análises físico-química, microscópica, microbiológica e organoléptica expedida há menos de 24 meses. Os laudos só serão aceitos quando vindos de Laboratórios da Rede Oficial do Ministério da Saúde/Ministério da Agricultura (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde – REBLAS), Laboratórios autorizados/credenciados pelo Ministério da Saúde / Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para análises de alimentos para fins de registros ou controle ou Laboratórios pertencentes às Universidades Federais ou Estaduais ou pelo INMETRO, **NO PRAZO MÁXIMO E IMPRORROGÁVEL DE 20 (VINTE) DIAS ÚTEIS** após a notificação enviada pelo Pregoeiro ou Equipe.

3.8 Será reprovado o produto que não tiver seus respectivos documentos.

4 DA METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DA AMOSTRA

4.1 A análise do produto será efetuada conforme os critérios abaixo relacionados:

4.1.1 Observando-se objetivamente os quesitos de aparência, cor, odor, sabor, textura e consistência com procedimentos metodológicos e cientificamente reconhecidos através da preparação ou análise do alimento.

4.1.2 O teste avaliará os atributos das quatro características sensoriais do alimento, aparência, odor, sabor e consistência/textura aprovando-se os itens que apresentarem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de aceitação média dos integrantes da comissão de avaliação.

4.1.3 Caso o produto não atinja índice de aceitação mínima de 75% (setenta e cinco por cento) o mesmo deixará de ser aprovado, passando a licitação para a empresa classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, às demais classificadas.

4.1.4 Os testes serão registrados em impresso próprio da prefeitura e além da compatibilidade com as especificações constantes no termo de referência; serão classificadas em satisfatórias ou insatisfatórias.

4.2 O índice de aprovação será obtido levando-se em consideração o percentual de cada característica do produto, sendo que, ÓTIMO é igual a 25%, BOM é igual a 20%; CARACTERÍSTICO é igual a 15%; RUIM é igual a 5%; e PÉSSIMO é igual a 0%.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

4.3 Modelo da ficha a ser aplicada:

Item avaliado:		Observações
Aparência	() ÓTIMO () BOM	
	() CARACTERÍSTICO	
	() RUIM () PÉSSIMO	
Odor	() ÓTIMO () BOM	
	() CARACTERÍSTICO	
	() RUIM () PÉSSIMO	
Sabor	() ÓTIMO () BOM	
	() CARACTERÍSTICO	
	() RUIM () PÉSSIMO	
Consistência/textura	() ÓTIMO () BOM	
	() CARACTERÍSTICO	
	() RUIM () PÉSSIMO	
ÍNDICE DE ACEITAÇÃO		

5 DA ROTULAGEM DOS PRODUTOS

5.1 O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

5.2 No rótulo da embalagem primária e secundária deverá estar impressa de forma clara e indelével as seguintes informações:

5.2.1 Denominação de venda do produto (nome do produto e marca).

5.2.2 Identificação de origem (nome e endereço do fabricante, país de origem/dizeres "indústria brasileira" e, no caso de produto importado, nome ou razão social e endereço do importador).

5.2.3 Data de fabricação e prazo ou data de validade ou data de vencimento e número do lote.

5.2.4 Lista de ingredientes (na embalagem primária), inclusive os aditivos (função principal, nome completo ou número INS), caso utilizados.

5.2.5 Informação nutricional.

5.2.6 Conteúdo (peso) líquido.

5.2.7 Número de registro do produto no órgão competente.

6 DAS ENTREGAS

6.1 As entregas serão realizadas quinzenalmente e ponto a ponto nas Unidades Escolares e na Cozinha Piloto dos Restaurantes Populares, sendo as mesmas divididas em 2 (duas) regiões conforme item 10.

6.2 Os pedidos serão feitos nas 2ª (segundas) e nas 4ª (quartas) segundas-feiras do mês e as entregas deverão acontecer em até **07 (sete) dias corridos** do recebimento da Ordem de Fornecimento – OF emitida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SMAA, respeitando a logística e as quantidades descrita no roteiro de entrega que será enviado juntamente com o pedido.

6.3 Os veículos com os produtos deverão estar na Divisão de Alimentação Escolar (DAE) situada na Rua Julião José dos Santos, s/nº - Vila Isabel (anexo ao Pavilhão da Exposhow) na data da entrega, impreterivelmente às 7:30 horas, para conferência dos produtos, veículo e entregadores.

6.4 O fornecedor ficará responsável pela troca dos produtos entregues no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** da emissão da notificação quando estiverem fora das especificações do item 9 ou apresentarem defeitos no produto ou nas embalagens.

6.5 Os funcionários responsáveis pela entrega do produto deverão estar devidamente uniformizados e identificados.

7 DO TRANSPORTE

7.1 As entregas deverão ser realizadas em veículos adequados e contar com mão-de-obra suficiente para descarga.

7.2 Para garantir a integridade dos produtos, será exigido que a acomodação da carga respeite as indicações de empilhamento máximo, bem como, o cuidado com produtos/embalagens frágeis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

8 MÉDIA DE CONSUMO

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social		Restaurantes Populares		Alimentação Escolar		TOTAL
			CONSUMO ANUAL	CONSUMO MENSAL	CONSUMO ANUAL	CONSUMO MENSAL	CONSUMO ANUAL	CONSUMO MENSAL	
01	Açúcar cristal (embalagem de 02 a 05 kg)	kg	5.040	420	56.250	4.688	30.300	2.525	91.590
02	Aveia em flocos (embalagem de 0,170 a 1 kg)	kg		0		0	2.250	188	2.250
03	Pudim diversos sabores (embalagem de 01 a 02 kg)	kg		0	2.000	167		0	2.000
04	Pó para preparo de gelatina diversos sabores (embalagem de 01 a 02 kg)	kg	2.000	167	3.000	250		0	5.000
05	Mistura em pó para preparo de curau (embalagem de 01 a 02 kg)	kg		0	2.000	167		0	2.000
06	Paçoca de Amendoim (peso mínimo 20 g)	Unidade	2.500	208	5.000	417	30.000	2.500	37.500
07	Pé de moleque (peso mínimo 20g)	Unidade		0	6.000	500		0	6.000
08	Amendoim (embalagem de no mínimo 0,5 kg)	kg	100	8	500	42	2.400	200	3.000
09	Pipoca doce (embalagem de 15 a 30 g)	Unidade		0	6.000	500	30.000	2.500	36.000
10	Café em pó torrado e moído (embalagem de 0,5 kg)	kg	4.000	333	4.500	375		0	8.500
11	Chocolate em pó solúvel (embalagem de 0,2 a 1,1 kg)	kg	50	4	680	56	21.450	1.788	22.180
12	Margarina sem sal (embalagem de 500 g)	Pote	560	47	12.150	1.013	20.250	1.688	32.960
13	Biscoito Doce tipo maisena (embalagem de 100 a 500 g)	kg	540	45	680	56	15.000	1.250	16.220
14	Biscoito Salgado tipo água e sal (embalagem de 100 a 500 g)	kg	540	45	680	56	15.000	1.250	16.220
15	Biscoito Doce do	kg	1.000	83		0	21.750	1.813	22.750



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

tipo rosquinha (sabores: chocolate, coco, leite)(embalagem de 100 a 500 g)									
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

9 DAS ESPECIFICAÇÕES

Item	Quant	Und	Especificações
01	91.590	kg	AÇÚCAR CRISTAL – Composição: Açúcar do grupo I, classe branco, tipo cristal. Produto obtido a partir da cana de açúcar através de processos de extração e clarificação do caldo da cana de açúcar por tratamentos físico-químicos com branqueamento, seguidos de evaporação, cristalização, centrifugação e secagem do produto final. Deverá estar livre de fermentação, isento de matéria terrosa, parasitas e detritos animais e vegetais. – Características Físico-Química: Deve conter aproximadamente 99% de sacarose e no máximo 0,10% de umidade. – Embalagem Primária: Sacos plásticos resistentes de 02 a 05 kg. Secundária: fardos de até 30 kg reforçados, que suporte as condições de transporte. Distribuição e armazenamento, de acordo com os padrões do fabricante. – Rotulagem: O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. – Prazo de validade: No mínimo 18 meses a partir da data de fabricação. Não serão aceitos produtos com data de validade inferior a 10 meses da data de entrega.
02	2.250	kg	AVEIA EM FLOCOS FINOS – Composição: Cereal processado obtido a partir de lâminas de grãos de aveia. O produto deverá ser composto por aveia (100% cereal integral), no formato de flocos finos. – Características Físico-química: Umidade: máximo de 15%. – Embalagem: Primária: filme PET com polietileno e/ou cartuchos cartão de 0,170 a 1 kg. Secundária: caixa de papelão reforçada, lacradas, que suporte as condições de transporte, distribuição e armazenamento, de acordo com os padrões do fabricante. – Rotulagem: O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. – Prazo de validade: no mínimo 06 meses. Não serão aceitos produtos com data de validade inferior a 04 meses da data de entrega.
03	2.000	kg	PÓ PARA PREPARO DE PUDIM DIVERSOS SABORES – Composição: Mistura em pó para preparo de pudim com leite, sabores diversos (Coco, Morango, Caramelo, Baunilha, Leite Condensado, Chocolate). Deverá conter no mínimo: Açúcar, amido de milho, leite em pó, soro de leite, sal, aromatizantes, corantes artificiais e corantes naturais. Poderá conter outros ingredientes desde que declarados e que não descaracterizem o produto. A mistura em pó deverá ser de fácil dissolução e resultar em massa homogênea. – Embalagem: Primária: embalagem plástica, própria para alimentos, atóxica, contendo 01 a 02 kg do produto. Secundária: embalagem reforçada, lacrada, que suporte as condições de transporte, distribuição e armazenamento, de acordo com os padrões do fabricante. – Rotulagem: O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. – Prazo de validade: Mínimo de 12 meses a partir da data de fabricação. Não serão aceitos produtos com data de validade inferior a 08 meses da data de entrega.
04	5.000	kg	PÓ PARA PREPARO DE GELATINA DIVERSOS SABORES – Composição: Mistura em pó para preparo de gelatina, sabores diversos (limão, framboesa, cereja, abacaxi, uva, pêssego e morango). Deverá conter no mínimo: açúcar, gelatina, sal, reguladores de acidez, aromatizantes flavorizante e corantes. Poderá conter outros ingredientes desde que declarados e que não descaracterizem o produto. A mistura em pó deverá ser de fácil dissolução e resultar em líquido homogêneo. – Embalagem: Primária: embalagem plástica, própria para alimentos, atóxica, contendo 01 a 2kg do produto. Secundária: embalagem reforçada, lacrada, que suporte as condições de transporte, distribuição e armazenamento, de acordo com os padrões do fabricante. – Rotulagem: O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. – Prazo de validade: No mínimo de 12 meses a partir da data de fabricação. Não serão aceitos produtos com data de validade inferior a 08 meses da data de entrega.
05	2.000	kg	PÓ PARA PREPARO DE CURAU – Composição: Mistura em pó para preparo de curau com leite. Deverá conter no mínimo: açúcar, leite em pó integral, flocos de milho pré-cozidos, amido de milho, soro de leite em pó. Poderá conter outros ingredientes desde que declarados e que não descaracterizem o produto. A mistura em pó deverá ser de fácil dissolução e resultar em massa homogênea. – Embalagem: Primária: embalagem plástica, própria para alimentos, atóxica, contendo 01 a 2kg do produto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

			<p>Secundária: embalagem reforçada, lacrada, que suporte as condições de transporte, distribuição e armazenamento, de acordo com os padrões do fabricante.</p> <ul style="list-style-type: none">- Rotulagem: O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.- Prazo de validade: No mínimo de 06 meses a partir da data de fabricação. Não serão aceitos produtos com data de validade inferior a 04 meses da data de entrega.
06	37.500	UNID	<p>PAÇOCA DE AMENDOIM</p> <ul style="list-style-type: none">- Composição: Doce derivado de amendoim "in natura". Deverá conter no mínimo: açúcar, amendoim e sal. Poderá conter outros ingredientes desde que declarados e que não descaracterizem o produto. Produto sem presença de aflotoxinas.- Embalagem: Primária: embalados individualmente pesando no mínimo 20 gramas cada. Secundária: embalagem reforçada, lacrada, que suporte as condições de transporte, distribuição e armazenamento, de acordo com os padrões do fabricante.- Rotulagem: O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.- Prazo de validade: Mínima de 05 meses da data de fabricação. Não serão aceitos produtos com a data de validade inferior a 03 meses.
07	6.000	UNID	<p>PÉ DE MOLEQUE</p> <ul style="list-style-type: none">- Composição: Deverá conter no mínimo: açúcar, amendoim, xarope de glicose, sal e conservador. Poderá conter outros ingredientes desde que declarados e que não descaracterizem o produto. Produto sem presença de aflotoxinas.- Embalagem: Primária: embalados individualmente pesando no mínimo 20 gramas cada. Secundária: embalagem reforçada, lacrada, que suporte as condições de transporte, distribuição e armazenamento, de acordo com os padrões do fabricante.- Rotulagem: O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.- Prazo de validade: Mínima de 05 meses da data de fabricação. Não serão aceitos produtos com a data de validade inferior a 03 meses.
08	3.000	kg	<p>AMENDOIM TORRADO</p> <ul style="list-style-type: none">- Composição: Amendoim torrado sem pele, constituído de grãos inteiros, são, limpos e de primeira qualidade. Não deverá apresentar fermentação, mofo, aflotoxinas e estar isento de sujidades e/ou outras substâncias que possam colocar em risco a saúde do consumidor.- Embalagem: Primária: embalagem plástica própria para alimentos, atóxico, contendo no mínimo 0,5 kg. Secundária: embalagem reforçada, lacrada, que suporte as condições de transporte, distribuição e armazenamento, de acordo com os padrões do fabricante.- Rotulagem: O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.- Prazo de validade: Mínima de 06 meses da data de fabricação. Não serão aceitos produtos com a data de validade inferior a 04 meses.
09	36.000	Unid	<p>PIPOCA DOCE</p> <ul style="list-style-type: none">- Composição: Produto composto no mínimo por: milho e açúcar. Deverá estar isenta de mofo, sujidades e materiais estranhos ou outras substâncias que possam colocar em risco a saúde do consumidor.- Embalagem: Primária: embalagem plástica própria para alimentos, atóxico, contendo no mínimo 15 a 30 g. Secundária: fardos reforçados, lacrados, que suporte as condições de transporte, distribuição e armazenamento, de acordo com os padrões do fabricante.- Rotulagem: O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.- Prazo de validade: Mínima de 05 meses da data de fabricação. Não serão aceitos produtos com a data de validade inferior a 03 meses.
10	8.500	kg	<p>CAFÉ EM PÓ</p> <ul style="list-style-type: none">- Composição: Produto obtido através do processo de moagem de grãos de café torrado. Poderá conter o selo de Pureza ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café).- Características Físico-químicas: Umidade máxima: 5,0% (g/100 g) – RDC nº 277 de 22 de setembro de 2005 (ANVISA).- Embalagem: Primária: acondicionado em pacotes com envoltório metalizado composto de polietileno e poliéster e fechamento hermético contendo 0,5 kg cada. Secundária: fardos reforçados, que suporte as condições de transporte, distribuição e armazenamento, de acordo com os padrões do fabricante.- Rotulagem: O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.- Prazo de validade: Mínima de 09 meses da data de fabricação. Não serão aceitos produtos com a data de validade inferior a 06 meses.
11	22.180	kg	<p>CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL</p> <ul style="list-style-type: none">- Composição: O produto deverá conter em sua formulação no mínimo: 50% de cacau solúvel, açúcar. O produto não poderá conter gluten, óleo, e/ou gordura vegetal hidrogenada e corantes artificiais.- Embalagem: Primária: própria para alimentos e devidamente lacrada. Cada unidade deverá conter de 200 gramas a 1,100 kg. Secundária: caixas de papelão, reforçada, lacrada, que suporte as condições de transporte, distribuição e armazenamento, de acordo com os padrões do fabricante.- Rotulagem: O produto



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

			deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. - Prazo de validade: Mínima de 12 meses da data de fabricação. Não serão aceitos produtos com a data de validade inferior a 08 meses.
12	32.960	Pote	MARGARINA SEM SAL - Composição: O produto deverá conter basicamente: óleos e/ou gorduras de origem animal e/ou vegetal, leite e/ou seus constituintes e derivados, água, vitamina A e corantes naturais. O produto deverá ser obtido através do processo de formação de emulsão entre os ingredientes, podendo ser adicionado de outros ingredientes desde que não descaracterize o produto. Características sensoriais: normal ou característico e sem quebra de emulsão. - Características Físico-químicas: Teor de gordura (%) maior ou igual a 10 e menor ou igual 90; Teor de umidade (%) maior ou igual a 10 e menor ou igual a 90. De acordo com a Instrução Normativa nº 66 de 10 de dezembro de 2019 do MAPA. - Embalagem: Primária: potes plásticos contendo 500 g de produto. Secundária: caixa de papelão reforçada, lacradas, contando até 12 unidades, que suporte as condições de transporte, distribuição e armazenamento, de acordo com os padrões do fabricante. - Rotulagem: O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. O produto deve conter o número de registro no Ministério da Agricultura/SIF e o carimbo de inspeção do SIF (apresentar documentação correspondente juntamente com as amostras). - Prazo de validade: Mínima de 06 meses da data de fabricação. Não serão aceitos produtos com a data de validade inferior a 04 meses.
13	16.220	kg	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA - Composição: O produto deverá conter basicamente: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, sal, açúcar, amido, fermento químico. Poderá conter outros ingredientes desde que declarados e que não descaracterizem o produto. - Características Físico-químicas: Gordura Trans: 0 g (resolução nº 06 de 08 de maio de 2020) - Embalagem: Primária: pacotes em embalagem própria para alimentos, atóxico, lacrada. Cada unidade deverá conter entre 100 até 500 g. Secundária: caixas de papelão, reforçada, lacrada, que suporte as condições de transporte, distribuição e armazenamento, de acordo com os padrões do fabricante. - Rotulagem: O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. - Prazo de validade: Mínima de 08 meses da data de fabricação. Não serão aceitos produtos com a data de validade inferior a 05 meses.
14	16.220	kg	BISCOITO SALGADO TIPO ÁGUA E SAL - Composição: O produto deverá conter basicamente: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, gordura vegetal, fermento químico. Poderá conter outros ingredientes desde que declarados e que não descaracterizem o produto. - Características Físico-químicas: Gordura Trans: 0 g (resolução nº 06 de 08 de maio de 2020) - Embalagem: Primária: pacotes em embalagem própria para alimentos, atóxico, lacrada. Cada unidade deverá conter entre 100 até 500 g. Secundária: caixas de papelão, reforçada, lacrada, que suporte as condições de transporte, distribuição e armazenamento, de acordo com os padrões do fabricante. - Rotulagem: O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. - Prazo de validade: Mínima de 08 meses da data de fabricação. Não serão aceitos produtos com a data de validade inferior a 05 meses.
15	22.750	kg	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA - Composição: O produto deverá conter basicamente: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, gordura vegetal, fermentos químicos. Sabores diversos: chocolate, coco e leite. Poderá conter outros ingredientes desde que declarados e que não descaracterizem o produto. - Características Físico-químicas: Gordura Trans: 0 g (resolução nº 06 de 08 de maio de 2020) - Embalagem: Primária: pacotes em embalagem própria para alimentos, atóxico, lacrada. Cada unidade deverá conter entre 100 até 500 g. Secundária: caixas de papelão, reforçada, lacrada, que suporte as condições de transporte, distribuição e armazenamento, de acordo com os padrões do fabricante. - Rotulagem: O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. - Prazo de validade: Mínima de 09 meses da data de fabricação. Não serão aceitos produtos com a data de validade inferior a 07 meses.

10 DA RELAÇÃO DE UNIDADES ATENDIDAS

Região 1

O PEDIDO SERÁ ENVIADO NA 4ª SEGUNDA-FEIRA DO MÊS E DEVERÁ SER ENTREGUE EM ATÉ 7 (SETE) DIAS ÚTEIS

	Unidade	Endereço	Bairro
1	Austero Mangerona (EMEJA)	Rua Sete de Setembro, 1767	Centro



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

2	Creche Anita Costa /	Rua Conde Do Pinhal, 1549	Centro
3	CEMEI Cecilia Rodrigues	Rua Delfino Martins Camargo Penteado, 100	Jardim São Carlos
4	Creche Aracy Pereira Lopes	Rua Ananias Evangelista De Toledo, 408	Vila Prado
5	CEMEI Carmelita R. Ramalho	Av. Sallum, 685	Vila Prado
6	CEMEI Ruth Bloen Souto	Rua Bispo Cesar Dacorso Filho, 360	Vila Carmem
7	Casa de Acolhimento	Rua João de Oliveira, 206	Vila Carmem
8	Projeto Anjo Guarda (Cáritas)	Rua Pedro Raimundo, 80	Vila Carmen
9	EMEB Maria Ermantina C. Tarpani	Rua João Pedrino, 100	Dr. Romeu Santini
10	Cemei Carminda N. C. Ferreira	Rua Hagar Cristina Rojo Rocha, 275	Resid. Eduardo Abdelnur
11	EMEB Ulysses Ferreira Picolo	Rua Hagar Cristina Rojo Rocha, 275	Resid. Eduardo Abdelnur
12	CEMEI Osmar de Martini	Rua Dr. João Sabino, 857	Boa Vista
13	CEJA - C. de Ed. de Jovens e Adultos	Rua Batista Laura Riceti, 45	Jardim Beatriz
14	EMEB Carmine Botta (Regular e EJA)	Rua Philomena Fauvel, 261	Boa Vista II
15	CEMEI Benedicta Sthal Sodrê	Rua Antonio Martinez Carrera, 1683	Jardim Beatriz
16	CRECHE Nosso Lar	Rua Helvídeo Gouveia, 186	Boa Vista
17	CEMEI João Paulo II	Rua Ceará, 600	Pacaembu
18	CEMEI Victório Rebutti	Rua Ceará, 600	Pacaembu
19	EMEB Janete M. Martinelli Lia	Rua Paraná, 700	Pacaembu
20	Cemear	Avenida Maranhão, 35	Jardim Gonzaga
21	CEMEI Terezinha R. Massei	Rua Julio Rizzo, 755	Jardim Gonzaga
22	Madre Cabrini	Avenida Paulo VI - S/N	Cruzeiro do Sul
23	CEMEI Dário Rodrigues	Rua Regit Arab - 267	Cidade Aracy
24	EMEB Afonso Fioca Vitali (CAIC)	Rua Regit Arab, 267	Cidade Aracy I
25	CEMEI Maria Alice Vaz de Macedo	Rua Hilário Martins Dias, S/Nº	Cidade Aracy I
26	CEMEI Enedina M. Blanco (Casa Azul)	Rua 81, 444	Aracy II
27	EMEB Artur Natalino Deriggi (Reg. e EJA)	Rua José Francisco Bicaletto, 13	Aracy II
28	CEMEI Maria Consuelo Brandão Tolentino	Rua Reinaldo Pizani, 400	Antenor Garcia
29	CEMEI José de Campos	Rua Reinaldo Pisani, 40	Cidade Aracy
30	CRECHE Casa da Infância Estrela Manhã	Rua Isak Folgen, 385	Antenor Garcia
31	Obras Sociais Francisco Thiesen	Rua Bruno Pauka, 100	Antenor Garcia
32	CEMEI Olívia de Carvalho	Rua Regit Arab, 1100	Cidade Aracy
33	CEMEI Benedito Ap. da Silva (Casa Rosa)	Rua Maria Das Graças Custódio, 126	Cidade Aracy
34	CEMEI Regina Ap. L. Melchiades	Av. Pedro Neo, s/nº	Parque Novo Mundo
35	CEMEI João Muniz	Rua Alderico Vieira Perdigão, 950	Jdm. Cruzeiro Do Sul
36	CEMEI Octávio de Moura	Rua Francisco Marigo, 940	Jardim Cruzeiro Do Sul
37	Divisão de Alimentação Escolar	Rua Julião José dos Santos, s/nº	Vila Isabel
38	Cozinha Piloto - Restaurantes Populares	Rua Julião José dos Santos, s/nº	Vila Isabel

Região 2

O PEDIDO SERÁ ENVIADO NA 2ª SEGUNDA-FEIRA DO MÊS E DEVERÁ SER ENTREGUE EM ATÉ 7 (SETE) DIAS ÚTEIS

	Unidade	Endereço	Bairro
39	CEMEI João Jorge Marmorato	Rua Santa Gertrudes, 475	Vila Isabel
40	CRECHE Divina Providência	Rua Pe. Joaquim Cipriano De Camargo, 67	Vila Isabel
41	CEMEI Bruno Panhoca	Rua Vicente Pelicano, 740	Azulville
42	CEMEI João Batista Paino	Rua Aristides De Santi, 187	Azulville
43	CEMEI Dep. Lauro M. da Cruz	Rua Silvério Ignarra Sobrinho, 675	Vila Monteiro
44	CEMEI Cônego Manoel Tobias	Rua Major Manoel Antonio De Mattos, 1551	Vila Nery
45	CEMEI Dom Ruy Serra	Rua Marechal Deodoro, 3795	Vila Nery



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

46	Salesianos	Rua Padre Teixeira, 3649	Vila Nery
47	CRECHE Centro Pe.Teixeira - Sinos de Belém	Rua Dr. Marino Da Costa Terra, 311	Vila Nary
48	ASPE (DOURADINHO)	Rua Vinicius E. L. Micelli,45	Douradinho
49	CEMEI Bento Prado de Almeida	Rua Francisco Dirce Barbosa s/n	Parque Residencial Douradinho
50	EMEB Antonio Stella Moruzzi (Regular e EJA)	Rua Teotônio Vilela, 501	Tangará
51	CEMEI Antonio Lourdes Rondon	Rua Olavo Zabetto, 105	Maria Stella Fagá
52	CEMEI Paulo Freire	Rua Paulo de Carvalho, 71	Residencial Itamarati
53	Salesianos / D. Luciano SC 8	Rua Padre Teixeira, 3649	Vila Nery
54	CEMEI Antonio Cotrim	Rua José Tiberti, s/n	Jardim Monique
55	CEMEI Marlí de Fátima Alves	Rua Bento Da Silva Cesar,101	Santa Maria II
56	CEMEI Monsenhor Alcindo Siqueira	Rua Antonio Spaziani, 243	Jacobucci
57	CEMEI Pedro Pucci	Rua Antonio Spaziani, 375	Jacobucci
58	CEMEI Helena Dornfeld	Rua Estados Unidos, 1181	Vila São José
59	Creche Casa do Caminho - MEMEI	Rua Costa Do Sol, 450	Tijuco Preto
60	CEMEI Julien Fauvel (Regular e EJA)	Rua Antonio Blanco, 555	Costa Do Sol
61	APAE	Av. Prof. Luis Augusto De Oliveira,465	Vila Celina
62	Casa de Acolhimento (Jardim Paulistano)	Rua José Calijuri, 280	Jd Hikare
63	CEMEI Maria Luiza Perez	Rua Irmã Hilária Maria São Luiz, 52	Jd. Paulistano
64	CEMEI Juliana Maria Ciarrochi Perez	Rua Rio Grande, 230	Jockey Club
65	EMEB Dalila Galli (Regular e EJA)	Rua Rio Araguaia, 840	Jockey Club
66	CEMEI Ida Vinciguerra	Rua Rio Araguaia, 860	Jockey Club
67	CEMEI Nilson Ap. Gonçalves	Rua Vereador Antonio de Paula Franco, 150	Jardim Embaré
68	EMEB Dr. Alcyr Afonso Leopoldino	Rua Nicolau Chicrala, s/n	Jardim Araucária
69	CEMEI Vicente Botta	Rua Otto Werner Rosel, S/N	Santa Felícia
70	CEMEI Amélia Meirelles Botta	Rua Pérciles Soares, Nº 160	Conjunto Habitacional São Carlos II
71	CEMEI Vicente P. R. Keppe (Regular e EJA)	Rua Miguel Fucci, 50	Santa Felícia
72	CEMEI Homero Frei	Rua Francisco Lopes, 406	Santa Felícia
73	CEMEI Walter Blanco	Rua Francisco Gentil De Guzzi, 135	Santa Felícia
74	EMEB Angelina D. de Melo (Regular e EJA)	Rua José Ferreira, S/Nº	Santa Felicia
75	CEMEI Maria Lúcia Marrara	Rua Alberto Lanzoni, 270	Jd. Bandeirantes
76	CEMEI José Marrara	Rua Abraão João, 15	Jardim Bandeirantes
77	CEMEI Aracy Leite P. Lopes	Rua Dr. Carlos De Camargo Salles, 163	Vila Lutfala
78	Secretaria Mun. Cidadania e Assistência Social	Rua Conde do Pinhal, 2228	Centro



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO V - DOS LOTES

COTA PRINCIPAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

LOTE	ITEM	QUANT	UNID	MATERIAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	1	68.693	kg	Açúcar cristal	R\$ 2,15	R\$ 147.689,95
TOTAL						R\$ 147.689,95

LOTE	ITEM	QUANT	UNID	MATERIAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
2	1	6.375	kg	Café em pó torrado e moído	R\$ 12,58	R\$ 80.197,50
TOTAL						R\$ 80.197,50

LOTE	ITEM	QUANT	UNID	MATERIAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
3	1	16.635	kg	Chocolate em pó solúvel	R\$ 11,72	R\$ 194.962,20
TOTAL						R\$ 194.962,20

LOTE	ITEM	QUANT	UNID	MATERIAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
4	1	24.720	Pote	Margarina sem sal (embalagem de 500 g)	R\$ 4,44	R\$ 109.756,80
TOTAL						R\$ 109.756,80

LOTE	ITEM	QUANT	UNID	MATERIAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
5	1	12.165	kg	Biscoito Doce tipo maisena	R\$ 8,30	R\$ 100.969,50
	2	12.165	kg	Biscoito Salgado tipo água e sal	R\$ 7,90	R\$ 96.103,50
	3	17.063	kg	Biscoito Doce do tipo rosquinha (sabores: chocolate, coco, leite)	R\$ 7,78	R\$ 132.746,25
TOTAL						R\$ 329.819,25

VALOR TOTAL DA COTA PRINCIPAL (AMPLA CONCORRÊNCIA): R\$ 862.425,70 (Oitocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e setenta centavos)

COTA RESERVADA, DESTINADA À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS - ME

LOTE	ITEM	QUANT	UNID	MATERIAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
6	1	22.897	kg	Açúcar cristal	R\$ 2,15	R\$ 49.228,55
TOTAL						R\$ 49.228,55

LOTE	ITEM	QUANT	UNID	MATERIAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
7	1	2.125	kg	Café em pó torrado e moído	R\$ 12,58	R\$ 26.732,50
TOTAL						R\$ 26.732,50

LOTE	ITEM	QUANT	UNID	MATERIAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
8	1	5.545	kg	Chocolate em pó solúvel	R\$ 11,72	R\$ 64.987,40
TOTAL						R\$ 64.987,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

LOTE	ITEM	QUANT	UNID	MATERIAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
9	1	8.240	Pote	Margarina sem sal (embalagem de 500 g)	R\$ 4,44	R\$ 36.585,60
TOTAL						R\$ 36.585,60

LOTE	ITEM	QUANT	UNID	MATERIAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
10	1	4.055	kg	Biscoito Doce tipo maisena	R\$ 8,30	R\$ 33.656,50
	2	4.055	kg	Biscoito Salgado tipo água e sal	R\$ 7,90	R\$ 32.034,50
	3	5.688	kg	Biscoito Doce do tipo rosquinha (sabores: chocolate, coco, leite)	R\$ 7,78	R\$ 44.248,75
TOTAL						R\$ 109.939,75

VALOR TOTAL DA COTA RESERVADA: R\$ 287.473,80 (Duzentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e setenta e três reais e oitenta centavos)

COTA EXCLUSIVA DESTINADA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS - ME

LOTE	ITEM	QUANT	UNID	MATERIAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
11	1	2.250	kg	Aveia em flocos	R\$ 6,20	R\$ 13.950,00
TOTAL						R\$ 13.950,00

LOTE	ITEM	QUANT	UNID	MATERIAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
12	1	2.000	kg	Pudim diversos sabores	R\$ 6,69	R\$ 13.380,00
	2	5.000	kg	Pó para preparo de gelatina diversos sabores	R\$ 9,24	R\$ 46.200,00
	3	2.000	kg	Mistura em pó para preparo de curau	R\$ 9,41	R\$ 18.820,00
TOTAL						R\$ 78.400,00

LOTE	ITEM	QUANT	UNID	MATERIAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
13	1	37.500	Unid	Paçoca de Amendoim (peso mínimo 20 g)	R\$ 0,20	R\$ 7.500,00
	2	6.000	Unid	Pé de moleque (peso mínimo 20g)	R\$ 0,18	R\$ 1.080,00
	3	3.000	Kg	Amendoim (embalagem de no mínimo 0,5 kg)	R\$ 6,60	R\$ 19.800,00
		36.000	Unidade	Pipoca doce (embalagem de 15 a 30 g)	R\$ 0,67	R\$ 24.012,00
TOTAL						R\$ 52.392,00

VALOR TOTAL DA COTA EXCLUSIVA: R\$ 144.742,00 (Cento e quarenta e quatro mil, setecentos e quarenta e dois reais)

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 1.294.641,50 (Um milhão, duzentos e noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO VI – MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO N° ____ / 2020

PREGÃO ELETRÔNICO N° 078/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 7162/2020

INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ____

EMPENHO N° ____

EMPRESA: _____

Autorizamos o fornecimento de _____

CONDIÇÃO DE FORNECIMENTO:

01. O produto não aprovado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO será devolvido à empresa detentora da Ata para as necessárias substituições, com as informações que motivaram sua rejeição. É de responsabilidade da Contratada, substituir no fornecimento de qualquer produto impugnado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir do recebimento da impugnação.

02. A devolução do produto não aprovado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda a entrega do produto.

03. Os produtos serão entregues conforme discriminado no Edital, de acordo com a Ordem de Fornecimento – OF.

04. Os produtos serão conferidos por funcionário da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SMCAS no momento da entrega

05. Após a aprovação do produto pela SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, a empresa detentora da Ata emitirá a Nota Fiscal.

06. O pagamento devido pelo Município será efetuado até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor requisitante.

07. Nas notas fiscais emitidas deverá constar o número desta licitação e da ata de registro de preços, obrigatoriamente.

São Carlos, __ de _____ de 2020

Prefeitura Municipal de São Carlos
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO VII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ____ / ____
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 7162/2020
PREGÃO ELETRONICO N° 078/2020

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, situado à Rua Episcopal, nº 1.575, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 45.358.249/0001-01 devidamente representada neste ato pelo _____, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, situada à _____, nº. _____, CEP _____, por seu representante legal, _____, portador do RG nº _____ e CPF _____, residente e domiciliado na _____, nº. _____, apto _____, CEP _____, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal n.º 065/2007 e do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, parte integrante do presente instrumento independentemente de transcrição, **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ESTOCÁVEIS II PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, constantes nos anexos que acompanham o Edital, nas condições abaixo.

Lote	Item	Produto	Unidade	Quantidade	Média Preço Unitário	Preço Total
1						

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante que deixar de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar a Ata, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

O licitante sujeitar-se-á, ainda, às sanções administrativas de:

- advertência;
- multa;
- suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Pública Municipal, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em especial na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Fornecimento ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Fornecimento;
- declaração de inidoneidade;

As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão da Ata;

As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

Ocorrendo atraso na execução do objeto contratado será aplicada multa moratória de **0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, até o limite de **20%** (vinte por cento) sobre o valor total do pedido.

No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias/contratuais, poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado.

A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do Município.

Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, exceto nos casos em que a sanção for estabelecida com base no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atualizada, onde há prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa pelo interessado, a contar da abertura de vista do respectivo processo, nos termos do artigo 87, §3º da mesma lei.

Da aplicação da sanção administrativa caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação do apenado.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, a empresa licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

Fica a Contratada obrigada a dar cumprimento aos direitos trabalhistas previstos na legislação em vigor e em normas coletivas pertencentes aos trabalhadores que vierem a ser utilizados para a execução do objeto contratado, empregados das contratadas e também de quaisquer subcontratadas, e, em caso de descumprimento ficará sujeita necessariamente à denegação do contrato e retenção dos pagamentos devidos se em mora salarial (atraso no pagamento e/ou das verbas rescisórias).

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da sua data de assinatura.

São Carlos, de _____ de 2020

Contratante
Testemunha

Adjudicatário
Testemunha